

Título: Não foi por falta de aviso

Veículo: Correio da Bahia

Página: 26

Mídia: Jornais

Data: 25/11/2017

Cidade: Salvador

Cm2: 534

Jornalista: Gabriel Rodrigues



NÃO FOI POR FALTA DE AVISO

VÁRIOS ALERTAS PEDIDO DE INTERDIÇÃO DO MP UM ANO ANTES E LAUDOS EMITIDOS POR AUTORIDADES MOSTRAM QUE TRAGÉDIA PODERIA TER SIDO EVITADA

Gabriel Rodrigues e Vitor Villar
redacao@correio24horas

A tragédia que matou sete pessoas na partida entre Bahia e Vila Nova foi precedida por uma sequência de alertas emitidos por órgãos públicos e autoridades. Todos tiveram como destinatária a Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (Sudesb), responsável pela gestão do estádio.

Em 19 de janeiro de 2006, o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), através da promotora de Justiça do Consumidor, Joseane Suzart, ajuizou uma ação civil pública, com pedido de liminar, para impedir o uso da Fonte Nova.

A medida foi tomada após laudos emitidos pela Vigilância Sanitária e pelo Corpo de Bombeiros, alertando para a condição precária nas instalações de sanitários, lanchonetes e arquibancadas. A ação, que teve como alvo a Sudesb e o Bahia, ficou um ano e 11 meses sem ser apreciada pela Justiça.

Em setembro de 2006, ainda no governo de Paulo Souto, a Sudesb encomendou da empresa de engenharia Geluz um relatório sobre a condição estrutural da Fonte Nova. O laudo destacou os danos causados pela oxidação e alertou para a necessidade de intervenções com urgência. O relatório trazia ainda um orçamento, estimando gasto de R\$ 3,6 milhões apenas com as obras emergenciais (veja relatório e



Joseane Suzart pediu interdição da Fonte Nova ainda em 2006

orçamento ao lado).

Um comunicado interno de 10 de janeiro de 2007 – poucos dias após Raimundo Nonato Tavares, o Bobô, assumir a Sudesb no governo Jaques Wagner –, mostra que o diretor de operações da autarquia Nilo dos Santos Júnior avisou ao ex-jogador da necessidade das obras orçadas pela gestão anterior (veja ao lado).

CAPACIDADE REDUZIDA

A Fonte Nova iniciou as atividades em 2007 com capacidade reduzida a 25 mil espectadores e o anel superior interditado. A justificativa da Sudesb para a redução foi a realização de obras no local.

Dias antes do primeiro clássico Ba-Vi do ano, no dia 11 de março, parte do anel superior foi liberada e a capacidade subiu para 45 mil. Em 22 de abril, o anel superior foi completamente liberado para o último Ba-Vi do ano, e a capacidade de 60 mil acabou restabeleci-

da. À época, o CORREIO identificou através do portal Transparência Bahia duas obras realizadas pela Sudesb na Fonte Nova. Ambos os serviços, descritos como “manutenção de concreto”, custaram R\$ 49 mil cada.

Para o arquiteto Carl Von Hauenschild, a decisão de liberar o anel superior foi equivocada. Carl foi responsável pelo relatório do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (**Sinaenco**), que apontou a Fonte Nova como o pior estádio entre 29 avaliados no Brasil. O documento foi produzido visando a Copa do Mundo de 2014 e divulgado três semanas antes da tragédia.

“O problema foram as lajes finas dos assentos, que não foram impermeabilizadas. Num jogo de futebol, você tem cerveja, refrigerante, até urina, elementos que corroem as ferragens. Se eles não são pintados constantemente para reduzir a corrosão, isso vai gerando uma redução das ferragens desses assentos”, lembra Carl, dez anos depois.

Segundo o arquiteto, Bobô foi avisado dos problemas e lhe teria sido recomendado não liberar o anel superior. “Naquele momento, eu falei com o gestor da Sudesb, que era o Bobô, que a gente não dormiria tranquilo liberando o anel superior para o público”, afirma Carl. À época, Bobô disse ao CORREIO que não tinha conhecimento do relatório.